



Nota da AGMFC de chamamento pelo Lockdown temporário em Porto Alegre e municípios do RS em situação de colapso dos serviços de saúde

A Associação Gaúcha de Medicina de Família e Comunidade (AGMFC), com respaldo da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), manifesta seu apoio e concordância com o informativo conjunto das Sociedade Brasileira de Infectologia e Associação Médica Brasileira de 8 de março de 2021 relativo às medidas de proibição de atividades não essenciais até lockdown.

O informativo aconselha que *“o lockdown deve ser efetuado somente em algumas situações críticas e em alguns locais, e quando se fizer necessário, por um período determinado, com fiscalização rígida e punição a todos que desrespeitarem.”* A AGMFC considera que Porto Alegre e muitas cidades do estado do RS já atingiram o momento em que medidas extremas devam ser tomadas, diante do colapso do sistema de saúde.

Dados de ocupação dos serviços de saúde da prefeitura de Porto Alegre em 09 de março informam lotação acima de 400% nas UPAs e acima de 200% nas emergências hospitalares. Além disso, a ocupação de leitos de UTI públicos e privados alcançou 109,56% com fila de espera para leito de UTI de 182 pessoas.

Os médicos de família e comunidade, atuando na linha de frente da pandemia, atendendo e mantendo nas Unidades de Saúde e em cuidados no domicílio pacientes cada vez mais graves, vem manifestar que a desassistência por colapso do sistema de saúde já é realidade. Já foram veiculados diversos depoimentos de profissionais das emergências, pronto-atendimentos, centrais de regulação relatando que pacientes estão morrendo por terem sido preteridos para internação por pacientes que têm mais chances de sobreviver. Todos os dias os médicos de família têm encontrado dificuldade de encaminhar seus pacientes com condições graves para serviços de emergência e internação, não só pelo Covid-19, mas também por outras condições de saúde. Essa difícil escolha que os profissionais têm se visto obrigados a tomar, costuma ser necessária em contextos de catástrofes ou guerras, mas já é cotidiana e vem mostrando agravar-se dia a dia.

Evidências científicas têm demonstrado que em momentos de descontrole e alta transmissão do Covid-19 é imperativo a restrição da mobilidade e de atividades não essenciais para reduzir a circulação do vírus. Não há outras alternativas disponíveis ou com resposta suficiente para interromper a circulação do vírus da COVID. Chegou o momento de nossos gestores tomarem a decisão pelo Lockdown ou pela total restrição de funcionamento de atividades não essenciais, com a devida fiscalização e punição do descumprimento. O tempo que adiarmos essa medida ou deixarmos a critério de cada indivíduo e não como uma decisão coletiva terá por consequência uma escalada cada vez mais difícil de interromper. Precisamos reconhecer e nos unir para mudar essa realidade já conhecida por pacientes que tiveram atendimento negado em serviços fechados por superlotação e por pessoas que viram familiares falecerem sem acesso a UTI ou internação em hospitais.

Porto Alegre, 10 de março de 2021.
ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE
Diretoria AGMFC e Comissão de combate do COVID da AGMFC